



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Requerimento Nº /2002.

(Do Sr. Corauci Sobrinho)

PROPÕE REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO, PARA DEBATER A PERSPECTIVA DO EMPRESARIADO BRASILEIRO FACE À ATUAL POLÍTICA DE JUROS .

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Douta Comissão, que se digne adotar as providências necessárias para realização de audiência pública, em dia e horário a serem acordados, para ouvirmos o Senhor Horário Lafer Piva, Presidente da Federação das Indústria de São Paulo – FIESP, sobre a perspectiva do empresariado brasileiro frente à política de juros praticada pelo atual Governo.

Justificativa

Conforme pudemos observar nos veículos de informação, da última reunião do Comitê de Política Monetária - Copom resultou uma ínfima redução da taxa básica de juros (Selic), que dos 18,75% baixou para 18,50%. Mesmo mantendo a tendência de queda, a redução frustrou as expectativas do mercado financeiro, que aguardava uma redução de 0,5 ponto percentual.

O corte promovido pelo Copom não foi suficiente para retirar o País do desconfortável terceiro lugar na lista dos países com maiores taxas de juros reais. O mercado acreditava que o Banco Central poderia acelerar o processo de corte dos juros imediatamente, reforçando sua posição ao longo do primeiro semestre.

Para os especialistas, o corte do juro tem alguma influência sobre o crédito, mas pouca. Na prática, o crédito engrena com as expectativas de melhora dos principais indicadores econômicos. São as expectativas favoráveis que levam o sistema bancário a emprestar mais e, normalmente, o

elemento dinamizador do crédito não é exatamente o juro menor e sim o aumento de prazo dos financiamentos. Por enquanto isto não está ocorrendo, mas se a cadeia de corte do juro esperada pelas instituições for confirmada pelas instituições, o crédito aumentará. Seguindo esta linha, afirmam especialistas, se o Banco Central não reduzir o juro pelo menos em mais 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões, o nível de atividade definhará, o que traz implicações na taxa de crescimento esperada para o País.

Atualmente, a indústria está trabalhando com 80% da sua capacidade produtiva. Fato é que, com o achatamento da massa salarial e o crédito reduzido, o setor industrial não vê perspectiva de aumento na capacidade de produção.

Um crescimento econômico sustentável passa necessariamente pelo aumento da capacidade produtiva. Não bastam ao País as vantagens comparativas, é preciso investir em vantagens competitivas. Preciso, pois, uma política monetária menos restritiva, menos ortodoxa. O crescimento econômico almejado pelo Governo pede uma redução do elevado déficit externo em transações correntes, uma política industrial e de comércio exterior bem articuladas, utilizando todos os instrumentos modernos disponíveis para um sistema tributário equilibrado e juros competitivos.

Nestes termos, tendo em vista a importância do Estado de São Paulo para a economia do País, devido ao tamanho do seu mercado produtor e consumidor, a concessão de espaço para o representante da Fiesp expor a posição do setor industrial nacional, certamente, trará contribuição relevante para a discussão que ora se apresenta. Isto posto, solicito a compreensão dos nobres colegas para a aprovação do presente requerimento.

Plenário Professor Roberto Campos, 21 de março de 2002

Deputado **CORAUCI SOBRINHO**
PFL/SP